



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE ZOOTECNIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ZOOTECNIA

GLEYCE KELLY DE FRANÇA SILVA

MONOGRAFIA

**BENEFÍCIOS E DESAFIOS DAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS DE  
RECIFE-PE: Uma Análise da Comercialização Local.**

Recife - PE  
Outubro/2024



Gleyce Kelly de França Silva

MONOGRAFIA

**BENEFÍCIOS E DESAFIOS DAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS DE  
RECIFE-PE: Uma Análise da Comercialização Local.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Zootecnia da Universidade Federal de  
Rural de Pernambuco, como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharelado em Zootecnia.

Orientador (a): Maria Norma Ribeiro

Coorientador (a): Laura Leandro da Rocha

Recife – PE

Outubro/2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Bibliotecário(a): Auxiliadora Cunha – CRB-4 1134

S586b Silva, Gleyce Kelly de França.  
Benefícios e desafios das Feiras Agroecológicas  
de Recife-PE: uma análise da comercialização local.  
/ Gleyce Kelly de França Silva. – Recife, 2024.  
49 f.; il.

Orientador(a): Maria Norma Ribeiro.  
Co-orientador(a): Laura Leandro da Rocha.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –  
Universidade Federal Rural de Pernambuco,  
Bacharelado em Zootecnia, Recife, BR-PE, 2024.

Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).

1. Feiras agroecológicas. 2. Agricultura familiar.  
3. Agricultores . 4. Sustentabilidade 5. Economia  
agrícola . I. Ribeiro, Maria Norma, orient. II. Rocha,  
Laura Leandro da, coorient. III. Título

CDD 636

GLEYCE KELLY DE FRANÇA SILVA

**BENEFÍCIOS E DESAFIOS DAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS DE  
RECIFE-PE: Uma Análise da Comercialização Local.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Zootecnia da Universidade Federal de  
Rural de Pernambuco, como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharelado em Zootecnia.

Aprovado em: 01/10/2024

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Maria Norma Ribeiro (Orientadora)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dra. Gilvânia de Oliveira Silva (Examinador Interno)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Janaina Kelli Gomes Arandas (Examinador Externo)

Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INESP)

## **Dedicatória**

Dedico esse trabalho a minha família, Valdi Leão de Araujo Neto; Guilherme Leão de Araújo, Alice Leão de Araújo e Laura Leão de Araújo, por todo amor, apoio e incentivo ao longo dessa jornada acadêmica. Aos meus pais, José Carlos da Silva e Maria das Graças de França Silva, que sempre me inspiraram e me motivaram a seguir em frente. Agradeço a todos vocês por acreditarem em mim e por estarem ao meu lado em todos os momentos.

Aos meus professores, em especial a minha orientadora Maria Norma Ribeiro, que compartilharam seus conhecimentos e sabedoria guiando-me com paciência e dedicação. Sou imensamente grata por todo apoio e orientação que recebi durante este percurso. Levarei todos em meu coração por onde quer que eu vá.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela centelha divina que é a vida.

A minha mamãe, Maria das Graças de França Silva e meu pai José Carlos da Silva, que me educaram com amor e bondade, acreditando em mim e me incentivando a sempre evoluir como ser humano. Ao meu irmão, pelas provocações, que eram uma demonstração de seu amor fraterno. Vocês são a base da minha essência, serei eternamente grata por tudo.

A minha avó materna Maria José Gomes de França (in memoriam), que mesmo em seus momentos mais difíceis sempre me amou e não mediu esforços para demonstrar esse amor .

Ao meu esposo Valdir Leão de Araujo Neto, meu companheiro nos bons e maus momentos, que sempre me incentiva e apoia nos estudos e na vida.

Aos meus filhos Guilherme Leão de Araújo, Alice Leão de Araújo e Laura Leão de Araújo, que são minha luz e razão de viver, agradeço todos os dias por ter o privilégio de ser mãe de vocês.

Ao meu “Havi” (in memoriam), Agradeço por ter sido sua mãe, por ter te levado em meu ventre, eu te amo filho, nesta e em outras vidas.

As minhas amigas Natália Pereira e Thamyres Pricylla, que viveram esta jornada e muitas outras comigo, levarei vocês comigo ao longo da minha vida.

Aos amigos que fiz, em especial a todos do grupo “Zoogates”, levarei em meu coração todas as conversas, brincadeiras e risos, vocês tornaram esse processo mais leve e divertido.

A minha orientadora Maria Norma Ribeiro, que me apoiou, incentivou e me ensinou. A senhora é uma pessoa incrível que levarei pra vida.

Aos meus professores que me ajudaram a construir minha jornada durante a graduação e ao grupo de Estudos de Conservação de Recursos Genético Animal (CRGAN), ao grupo de Forragicultura e Avicultura da Universidade Federal Rural de Pernambuco .

Meus sinceros agradecimentos a todos que estiveram ao meu lado durante essa trajetória.

## SUMÁRIO

Pág.8

<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	4
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	4
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	6
2.1. Agropecuária convencional.....	6
2.2. Modelo de produção agroecológico ou orgânico?.....	8
2.3. A Agroecologia como Alternativa Sustentável.....	9
2.4. Regulamentação dos sistemas de produção orgânicos e agroecológicos.....	10
2.5. Políticas públicas e privadas relacionadas ao agroecológico e produção orgânica... .....	15
2.6. Feiras agroecológicas e sua importância.....	20
<b>3. OBJETIVOS</b> .....	21
<b>4. MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	21
4.1. Local de coleta de dados.....	21
4.2. Formação e organização e tratamento do banco de dados.....	23
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	24
5.1. Perfil socioeconômico dos produtores das feiras agroecológicas da cidade do Recife-PE.....	24
5.2. Perfil socioeconômico dos consumidores das feiras agroecológicas da cidade do Recife-PE.....	30
<b>6. CONCLUSÃO</b> .....	32
<b>5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	33

### LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Alguns dos principais selos de certificação de produtores orgânicos.....	13
<b>Figura 2.</b> Precipitação acumulada no Recife nos meses de abril, maio e junho/2024.....	22
<b>Figura 3.</b> Mapa das feiras agroecológicas da cidade do Recife-PE visitadas durante o experimento.....	23

<b>Figura 4.</b> Visita às feiras agroecológicas da cidade do Recife–PE.....	24
<b>Figura 5.</b> Representatividade dos gêneros eminino e masculino nas feiras agroecológicas na cidade do Recife–PE.....	25
<b>Figura 6.</b> Principais mudanças observadas pelos produtores nas feiras agroecológicas na cidade do Recife–PE, no pós-Pandemia.....	26
<b>Figura 7.</b> Classificação dos produtores segundo a origem dos produtos comercializados nas feiras agroecológicas da cidade do Recife–PE.....	27
<b>Figura 8.</b> escoamento dos produtos do seu local de origem até as feiras agroecológicas da cidade do Recife–PE.....	28
<b>Figura 9.</b> Proporção dos produtos de origem animal e produtos processados vendidos nas feiras agroecológicas da cidade do Recife–PE.....	30
<b>Figura 10.</b> Contribuição em percentual das vendas nas feiras agroecológicas na cidade do Recife–PE, na renda familiar dos produtores entrevistados.....	31
<b>Figura 11 -</b> Motivos que levam os consumidores às feiras agroecológicas da cidade do Recife–PE.....	31
<b>Figura 12.</b> Produtos que os consumidores entrevistados não compram nas feiras agroecológicas da cidade do Recife–PE.....	33

#### **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1.</b> Principais leis e decretos relacionados a agroecológico e à produção orgânica nas políticas públicas no Brasil.....	12
<b>Quadro 2.</b> Principais iniciativas relacionados ao agroecológico e produção orgânica nas políticas públicas (1985-2021).....	16
<b>Quadro 3.</b> Feiras visitadas, suas localidades e datas das visitas, em Recife–PE.....	21

## RESUMO

As feiras agroecológicas desempenham um papel crucial na promoção da sustentabilidade, oferecendo produtos de alta qualidade que atendem às expectativas dos consumidores mais exigentes. Elas criam um vínculo entre as áreas urbanas e rurais, impulsionando a economia local e promovendo um desenvolvimento socioeconômico mais equilibrado, onde a consciência ambiental é mais presente. Para entender melhor os desafios enfrentados pelos produtores e a percepção dos consumidores sobre os produtos orgânicos e as feiras agroecológicas da cidade do Recife-PE, foram aplicados questionários a 27 produtores rurais e 32 consumidores em sete feiras diferentes. O questionário dos produtores abordou aspectos econômicos e sociais, como sexo, idade, número de dependentes, local de produção, envolvimento com associações, cooperativas ou movimentos organizados, métodos de escoamento da produção, geração de empregos, certificações, e a proporção da receita familiar proveniente das feiras. Os resultados mostraram uma presença equilibrada de homens e mulheres produtores nas feiras agroecológicas da cidade do Recife-PE. A média de idade dos produtores é de 40,3 anos, com uma média de 3,3 dependentes financeiros. Cerca de 29,63% dos produtores têm sua produção em um local diferente do domicílio, e a média de tempo de participação nas feiras é de 6,1 anos. A maioria dos produtores, (53,8%) participam das feiras através de associações, cooperativas ou movimentos organizados, e 63% utilizam carros próprios para escoar a produção. Os produtores geram 7,61% de empregos informais nas feiras e 24% no campo, além de 4% de empregos formais (CLT). Em relação às certificações, 66,7% dos produtores possuem algum selo além da OCS (Organização de Controle Social). Aproximadamente 48,2% dos produtores têm criação animal, enquanto 51,8% se dedicam apenas à produção vegetal. Para 44,4% dos produtores, as vendas nas feiras representam 100% da renda familiar. No entanto, 25,93% dos produtores têm pouco ou nenhum controle dos custos de produção, e a maioria segue as tabelas de preços estabelecidas pelas associações. O questionário aplicado aos consumidores abordou o perfil social e comportamental, incluindo sexo, idade, número de dependentes, frequência de visita às feiras, motivos para comprar produtos agroecológicos, exigência de certificações, tipos de produtos comprados e média de gastos por visita. Dos consumidores entrevistados, 53,1% são mulheres e 46,9% são homens. Cerca de 78,9% frequentam as feiras agroecológicas de Recife uma vez por semana, e 43,8% frequentam mais de uma feira. A qualidade dos produtos é o principal motivo para 62,5% dos consumidores frequentarem as feiras, embora apenas 56,3% exijam certificações. A média de gastos por visita é de R\$157,41. Esses dados indicam que as feiras agroecológicas em Recife são catalisadoras de sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico, com uma predominância de mulheres e uma diversidade etária entre os participantes.

Palavras-chaves: Feiras agroecológicas, Agricultura familiar, Perfil agricultor, Sustentabilidade, Economia.

## 1. INTRODUÇÃO

A FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, 2014) estimou que até 2050 a agricultura e pecuária teriam de fornecer alimentos para 9,3 bilhões de pessoas no mundo, em 2023 já ultrapassamos 8 bilhões de pessoas, demonstrando o grande desafio enfrentado pela agricultura e pecuária mundial. O relatório publicado pela FAO (2024) mostra que uma em cada onze pessoas no mundo passam fome, o mesmo relatório afirma que estamos longe de erradicar a fome até 2030 conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-2), o mesmo documento trata sobre a necessidade de uma alimentação adequada para as pessoas. O modelo convencionais da agricultura e pecuária já não consegue suportar as crescentes demandas além de ser muito criticado por conta de seus impactos negativos como a concentração de terras e rendas; êxodo rural; desordem de comunidades rurais; desmatamento; redução da biodiversidade; contaminação de solos, águas, animais, seres humanos e alimentos entre outros (Gonçalves et al., 2009; Diedrich, 2021; Zanetti, 2021), existe ainda uma pressão para alcançar uma produção mais sustentável.

A agricultura convencional, deu primazia por atender as altas demandas com o uso de um modelo altamente tecnológico com base no uso intensivo da mecanização, adubos minerais de alta solubilidade e agrotóxicos, onde foi intitulado de revolução verde (Kamiyama et al., 2011), a agricultura expandiu significativamente causando, via de regra, impactos ao meio ambiente (Barboza et al., 2022). Este modelo tradicional interferiu ainda na forma de comercialização dos produtos, o comércio local passou a ser abastecido por produtos de diferentes locais do mundo, quebrando a lógica de produtos locais (Gonçalves, 2009). Além de ter que atender o aumento na demanda de alimentos a agropecuária convencional enfrenta ainda uma pressão para que suas práticas sejam mais sustentáveis, com uso de manejos mais eficientes que, ao mesmo tempo, promovam a conservação dos recursos, ao mesmo tempo, essa busca por produtos advindos de uma produção sustentável abre espaço para uma agropecuária “alternativa”.

No intuito de atenuar os impactos causados social, econômica e ambientalmente pela agropecuária tradicional, surge uma agropecuária com enfoque mais ecológico (Lima et al., 2006). Uma das propostas que corroboram com essas práticas são os modelos agroecológicos de produção, baseados na produção mais sustentável que incorporam conhecimentos

tradicionais e técnicos, valorizando o meio ambiente que engloba a comercialização solidária criando elo entre os produtores e consumidores, mediante venda direta ao consumidor (Gonçalves et al., 2009; Wezel et al., 2014; Lima et al., 2006 ); dentro de suas práticas podemos citar o controle biológico, uso de elementos naturais, fertilização orgânica, rotação de culturas (Wezel et al., 2014). Os alimentos provenientes da agroecologia são encontrados em mais de 100 países (Vermeir et al., 2006). A busca por alimentos agroecológicos têm sido crescente assim como a sua produção; a agroecologia tem buscado entender os agroecossistemas e as interações presentes nesses, para assim atender o princípio do desenvolvimento sustentável através da conservação e ampliação da biodiversidade (Assis et al., 2002). E essas premissas têm atendido às exigências dos consumidores que buscam, por alguns aspectos, conscientização quanto aos problemas ambientais, em busca de alimentos que contribuam com melhores condições de saúde e o interesse em incentivar os pequenos produtores (Siviero, 2009). Porém, as produções agroecológicas ainda são confundidas com a produção orgânica e esta tem uma lei própria nº 10.831/2003, onde não é bem definido sobre os sistemas agroecológicos, o que limita o conhecimento desse sistema como sendo orgânico, mas a agroecologia é um instrumento de transformação socioeconômico que vai além dos sistemas orgânicos (Xavier, 2020).

A pesquisa justifica-se pela necessidade de melhor entender sobre os benefícios e desafios da comercialização local, através do olhar dos consumidores que frequentam esses espaços e dos produtores que atuam no nas feiras agroecológicas de Pernambuco na cidade do Recife, caracterizando também o perfil socioeconômico dos indivíduos ali presentes.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1. Agropecuária convencional

A produção de alimentos está presente desde os primórdios da humanidade. No Brasil, estas atividades passaram por vários ciclos, desde o ciclo do pau Brasil, cana-de-açúcar, da pecuária, do café e da soja (Vieira Filho et al., 2017). A agropecuária brasileira ao longo das décadas vem construindo uma história de sucesso, onde a agropecuária no Brasil está relacionada ao seu próprio desenvolvimento econômico, o que levou o país a se tornar um grande produtor e exportador de produtos agropecuários e agroindustriais (De Miranda, 2020; Alcântara et al., 2023). A agropecuária nacional entre os anos de 2009 a 2022 teve um crescimento de 176% e, o Brasil bateu o recorde de exportações pelo agronegócio no primeiro trimestre de 2024 quando comparado com 2023, alcançando um aumento nas exportações de produtos como açúcar, café verde e algodão, aumento de 4,4% totalizando 37,44 bilhões em exportações (Vieira Filho, 2023; Brasil, 2024). O cenário da agropecuária brasileira nem sempre foi assim; até 1980 o Brasil era um importador de produtos agropecuários (Alcântara et al., 2023). Para evoluir, no entanto, houve muitas transformações nos modelos de produção brasileiros, que passaram a utilizar mais tecnologias de natureza mecânica, biológica e química a fim de aumentar exponencialmente sua produção. Essa modernização foi marcada pela quimificação que era o uso de fertilizantes e defensivos químicos (Silva et al., 1983), ainda assim a agropecuária não conseguia produzir de maneira a atender as altas demandas por produtos, levando a um aumento abusivo nos preços praticados, sendo necessário a ação do governo na criação de políticas públicas que visavam apoio aos produtores rurais por meio de concessões de créditos, melhorias na infraestrutura produtiva e criação de órgãos de pesquisa e assistência rural (Teixeira, 2005). Contudo, não houve homogeneidade na distribuição e acesso a essas tecnologias e a esses créditos, sendo mais centralizadas inicialmente no sul e sudeste (Vieira Filho & Silveira, 2012; Lima et al., 2022).

A partir da “modernização”, o crescimento do setor agropecuário brasileiro pode ser sistematizado em três momentos: i) de 1967/1969 a 1985/1987, com traços definidos a partir da nova modernização conservadora; ii) a década de 1990, sendo um período curto, definido pela crise do setor e a criação de novos instrumentos de políticas públicas (como o PRONAF e ampliação de assentamentos rurais); e iii) após 1999/2002, quando se deflagra um conjunto de mudanças externas e integradas aos complexos industriais, mercado de terras e ao sistema de crédito, no qual assume relevância o capital financeiro (Delgado, 2010).

A agropecuária tornou a civilização possível, mas criou muitas vulnerabilidades ao longo do tempo, gerando alta dependência de climas estáveis, monoculturas agrícolas, fertilizantes e pesticidas industriais, petróleo, antibióticos e transporte rápido e eficiente

(Ehrlich et al., 2013). Em 1972, a Organização das Nações Unidas realizou a primeira conferência sobre desenvolvimento e meio ambiente. Nesta conferência, 113 países participaram e, juntos, elaboraram a declaração de Estocolmo e ainda criaram o programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (ONU, 1972). Cinquenta e dois anos depois, a crise ambiental e ecológica tornaram-se ainda mais severas e, uma das áreas apontadas por gerar muitos impactos ao ambiente é a agropecuária (Diedrich et al., 2021). A agropecuária tem grande relevância econômica e social, com grande influência nas questões ambientais (Suzigan, 2020). Conforme o cálculo do Sistema de 18 Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG, 2018), a agropecuária é diretamente responsável por 30% das emissões de gases de efeito estufa no Brasil. Sendo responsáveis pelo consumo de 75% de água no Brasil. Em 2022, a retirada total de água estimada no Brasil foi de 64,18 trilhões de litros, onde 50,5% foi destinada à irrigação e 8% destinado ao uso animal, além de outros impactos negativos já supracitados (IBGE, 2015; ANA, 2023).

Tais fatores demonstram a necessidade de promover uma agropecuária sustentável, onde o conceito de sustentabilidade deve atender também os aspectos sociais. Tais preceitos são encontrados nos modelos agropecuários alternativos, como os modelos agroecológicos de produção.

## 2.2. Modelo de produção agroecológico ou orgânico?

A agroecologia costuma ser confundida com a agricultura orgânica, os termos são normalmente utilizados quase como sinônimos. Os próprios consumidores muitas vezes não sabem a diferença entre os modelos, porém são sistemas diferentes. Para um produto ser considerado orgânico é necessário que este atenda um conjunto de leis, normas e processos, que atendam um padrão de qualidade, garantindo assim bem-estar animal, menos pesticidas e antibióticos etc. Desta forma recebe-se a certificação de produtos orgânicos. Os produtos orgânicos são mais avançados na adoção de técnicas (Brasil, 2021). Já a agroecologia tem como objetivo a produção baseada em práticas orgânicas, na direção da busca de sustentabilidade ambiental, de inclusão e justiça social, sendo então o fator social a principal diferença entre os sistemas, sendo assim, ela é multidimensional, englobando as práticas, a ciência e os movimentos sociais (Araujo, Lima, Macambira; 2015; Finatto, 2015). Por outro lado, a História dos modelos de produção agroecológico e orgânico estão entrelaçados. Em 1920 o pesquisador inglês Albert Howard desenvolveu práticas agrícolas sustentáveis. Entre as décadas de 1930 e 1970 essas práticas ganharam cada vez mais notoriedade, espalharam-se

por vários países e a comercialização dos produtos advindos da agricultura orgânica passaram a ser comercializados mundialmente a partir de 1990 (Instituto Brasil Orgânico, 2024; INCAPER, 2024). No Brasil esse movimento teve influência de grandes nomes como de José de Lutzenberger que é o autor do “Manifesto Ecológico Brasileiro: Fim do futuro” livro publicado em 1976, onde o autor criticava o uso indiscriminado de químicos na agricultura, Ana Primavesi que foi uma defensora fervorosa da agricultura sustentável e preservação do meio ambiente, um de seus livros que é referência é o “Manejo Ecológico do Solo: A Agricultura em Regiões Tropicais” Publicado pela primeira vez em 1980. O mesmo já era discutido pela autora Rachel Carson em seu livro “Primavera silenciosa” livro publicado em 1962, onde a autora alertava sobre os efeitos prejudiciais dos pesticidas especialmente dos Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) no meio ambiente.

“Os produtos químicos são os sinistros e pouco conhecidos camaradas da radiação na tarefa de mudar a própria natureza do mundo – a própria natureza da vida (CARSON, 1962).”

Já o conceito de agroecologia surgiu em 1934 pelo pesquisador inglês Albert Howard e, a partir de 1950 o termo foi adotado pelo pesquisador Lysenko que o incluiu em cursos de agronomia até 1964; só em 1990 é que a agroecologia passou a ser vista como uma prática integrada e sustentável (INCAPER, 2024).

Portanto é perceptível que a agroecologia e a agricultura orgânica são interdependentes, enquanto a agricultura orgânica estabelece os padrões técnicos e de qualidade, a agroecologia amplia esses conceitos, incorporando aspectos sociais, ambientais e políticos.

### **2.3. A Agroecologia como Alternativa Sustentável**

Os modelos agroalimentares brasileiros estão enraizados na visão de substituir áreas florestais por monoculturas extensivas. Tais práticas têm afetado cada vez mais as comunidades tradicionais, promovendo a invisibilidade dessas populações, sendo então necessário atuar baseados na preservação da biodiversidade, na valorização das culturas locais, no bem viver e na qualidade de vida, direito de viver no campo com acesso a políticas públicas (Irigaray et al., 2016), demonstrando assim a necessidade de práticas sustentáveis.

A Agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis (Caporal e Costabeber, 2000a; 2000b; 2001, 2002)

Neste contexto, a agroecologia pode contribuir oferecendo um caminho sustentável e resiliente para agricultura, através da preservação do solo, gestão de água, diminuição do uso de agrotóxicos, diversificação de culturas, habitat para vida selvagem, fortalecimento da agricultura familiar, geração de empregos, alimentos saudáveis, adaptação a mudanças climáticas.

“Para tanto, a perspectiva ecológica da economia se constrói em cima dos pilares da autonomia, da cooperação e da qualidade de vida, valorizando as relações e práticas de reciprocidade, compartilhamento e redistribuição para estabelecer sistemas de gestão integrados e participativos de recursos naturais de uso comum, sustentados na valorização da sociobiodiversidade e na resiliência das comunidades locais. Aponta-se um papel muito importante nas iniciativas endógenas dos agricultores em relação a suas formas de organização, de produção e de relação com os recursos e a diversidade natural (Caporal e Costabeber, 2000a; 2000b; 2001, 2002).”

Com base no texto supracitado, entende-se que a agroecologia abriga a sustentabilidade por meio de práticas agrícolas ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas, englobando economia solidária, soberania e segurança alimentar, justiça social e ambiental, direito à cidadania no campo, igualdade de gênero. Esse diferencial tem se tornado uma oportunidade como nicho de mercado. A agroecologia pode envolver práticas agrícolas orgânicas, sintropia, agrossistemas, agricultura sustentável, permacultura, agricultura regenerativa, agricultura ecológica (Almeida et al., 2020).

#### **2.4. Regulamentação dos sistemas de produção orgânicos e agroecológicos**

A regulamentação dos produtos orgânicos foi estimulada pela forte atuação de movimentos e organizações sociais que vinham desenvolvendo conhecimentos análogos à agroecologia e à produção orgânica, aproveitando ainda das agendas internacionais, favorecendo assim suas demandas. Ocorrendo então, nas últimas décadas avanços no que diz respeito aos conhecimentos agroecológicos e orgânicos o que refletiu em diversas iniciativas políticas envolvendo desde as comunidades produtoras nesses modelos como comunidades acadêmicas o que possibilitou a elaboração de leis, ampliação de técnicas e tecnologias de suporte aos sistemas agroecológicos (Planapo, 2016). No Brasil, a produção e comercialização dos produtos orgânicos são regulamentados pela Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Essa lei define os sistemas orgânicos de produção agropecuário e suas práticas.

“O artigo 1º desta lei, considera o sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de

energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (Brasil, 2003; p. 1).”

A seção 1 do artigo 1º discorre sobre a finalidade do sistema orgânico, considera-se então;

1. A oferta de produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais;
2. A preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção;
3. Incrementar a atividade biológica do solo;
4. Promover um uso saudável do solo, da água e do ar, e reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação desses elementos que possam resultar das práticas agrícolas;
5. Manter ou incrementar a fertilidade do solo a longo prazo;
6. A reciclagem de resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não renováveis;
7. Basear-se em recursos renováveis e em sistemas agrícolas organizados localmente;
8. Incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos;
9. Manipular os produtos agrícolas com base no uso de métodos de elaboração cuidadosos, com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas (Brasil, 2003, p. 1).

Já os sistemas agroecológicos não têm uma legislação específica, mas suas práticas são abordadas e regulamentadas dentro do mesmo marco legal da Lei dos orgânicos. A seção 2 do artigo 1º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, fala que o conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei (Brasil, 2003).

A Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que estabelece os princípios e práticas para a agropecuária orgânica, é regulamentada pelo Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de

2007. Este decreto detalha os procedimentos para certificação, fiscalização e comercialização dos produtos orgânicos. Tendo então três formas principais de obtenção de certificações que garantem que os produtores atenderam os requisitos necessários para classificá-los como orgânicos ou agroecológicos:

1. Certificação por auditoria - esta é realizada por certificadoras credenciadas pelo Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento (MAPA) e credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO);
2. Certificação por auditoria participativa - neste há o envolvimento de outros produtores, consumidores ou outras partes interessadas como técnicos, formando assim, o sistema participativo de garantia (SPG), as visitas às propriedades são feitas por pares e são documentadas, onde o produtor recebe o certificado, desde que atenda os requisitos;
3. Organizações de controles sociais (OCS) - esta é uma das principais formas de certificação para os produtores que vendem diretamente aos consumidores. Este modelo está regulamentado pelo Decreto n° 6.323, de 27 de dezembro de 2007, no capítulo II, artigo 28 “Para poderem comercializar diretamente ao consumidor, sem certificação na embalagem, os agricultores familiares deverão estar vinculados a uma organização com controle social cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou em outro órgão fiscalizador federal, estadual ou distrital conveniado.” o produtor passa a fazer parte do cadastro Nacional dos Produtores Orgânicos (Brasil, 2003, p. 1).

Existem ainda algumas instruções normativas, como a IN n° 19/09, que aborda sobre as formas de controles e organização dos sistemas de produção; e a IN n° 50/09, que aborda sobre o selo federal do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg) (Brasil, 2003). O selo deve fazer parte do rótulo indicando a empresa certificadora (Figura 1).

Figura 1. Alguns dos principais selos de certificação de produtores orgânicos



Fonte: Mercanatu Disponível em: <https://blog.mercanatu.com.br/certificacao-de-produtos-organicos/>

Essas leis são fundamentais para proporcionar o desenvolvimento dos sistemas agroecológicos e orgânicos, assim como garantir uma maior confiança na comercialização dos produtos gerados através das mesmas, fato que beneficia os produtores, consumidores e o meio ambiente (Quadro 1). Apóia os produtores através do marco legal; garantindo qualidade e segurança; proteção ao consumidor promovendo a saúde pública com o incentivo do consumo de alimentos saudáveis, incentiva a sustentabilidade através de suas práticas; promove educação e conscientização, além da possibilidade de exportação dos produtos (Caixeta et al., 2019).

Quadro 1. Principais leis e decretos relacionados a agroecológico e à produção orgânica nas políticas públicas no Brasil

Marco Legal	Descrição
Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003	Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências
Decreto no 6.323, de 27 de dezembro de 2007	Regulamenta a Lei no 10.831/2003.
Decreto no 6.913, de 23 de julho de 2009	Estabelece os procedimentos para o registro dos produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica
Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003	O art. 19 cria o PAA.

Decreto no 4.739, de 13 de junho de 2003	Transfere competências relativas a Ater para o MDA.
Lei no 1.346, de 15 de setembro de 2006	Estabeleceu-se a Losan, que instituiu o Sisan.
Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009	Regulamenta a alimentação escolar, ampliando o acesso a todos os alunos matriculados na rede pública e destinando 30% do valor para a compra da produção da agricultura familiar
Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010	Regulamenta a Pnater e institui o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater)
Decreto no 7.215, de 15 de junho de 2010	Além de realizar mudanças nos procedimentos de contratação dos serviços de Ater, houve uma alteração importante: a substituição do termo “agroecologia” por formulação que orienta os serviços de Ater pela “adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentável”.
Lei no 11.775/2008	Cria a PGPM-Bio, que garante um atendimento específico para os extrativistas.
Lei no 12.187, de 29 de dezembro de 2009	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
Decreto no 6.476, de 5 de junho de 2009	Promulga o TIRFAA.
Decreto no 7.390/2010	Institui o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), entre outros. Estabelece formas e fontes de financiamento. Cria o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC).

Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011	Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Programa Bolsa Verde) e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.
Decreto no 7.572, de 8 de setembro de 2011	Regulamenta o Programa Bolsa Verde. Esse programa relaciona-se com duas iniciativas do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo)
Decreto n.º 7.794/2012, de 20 de agosto de 2012	Instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), para integrar, articular e adequar políticas, programas e ações que promovam a transição agroecológica e a produção orgânica.
Decreto n.º 8.384/2014, de 29 de dezembro de 2014.	Regulamentou a Lei n.º 12.512/2011, que criou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este decreto incluiu a compra de produtos da agricultura familiar orgânica e agroecológica, incentivando a produção sustentável.
Lei n.º 13.186/1999, 11 de novembro de 1999.	Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável, que inclui a promoção da agroecologia e da produção orgânica como parte das diretrizes para a educação ambiental no Brasil.
Projeto de Lei n.º 13.775/2018 de 20 de dezembro de 2018	projeto de lei Projeto de Lei 6.670/2016 institui a Política Nacional de Redução dos Agrotóxicos (PNARA)
Decreto n.º 10.831/2021, 13 de janeiro de 2021.	Atualizou as normas para a produção orgânica no Brasil, incluindo critérios para a certificação de produtos orgânicos e a fiscalização das práticas agroecológicas.
Revisão do Decreto n.º 7.794/2012 de 28 de junho de 2023.	Em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva revisou e ampliou o Decreto n.º 7.794/2012, restabelecendo a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), que haviam sido extintas em 2019.

Projeto de Lei 3904/23, de 26 de janeiro de 2024	Este projeto de lei propõe a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), visando promover a transição agroecológica, a relação comercial de produtos sustentáveis e o desenvolvimento de sistemas agrícolas sustentáveis.
--	---

Fonte: Sambuichi et al., 2017; dados de pesquisas e elaboração da autora.

## **2.5. Políticas públicas e organizações da sociedade civil, relacionadas ao agroecológico e produção orgânica**

Os impactos negativos da modernização somados a pobreza rural colaboraram para o debate e construção de políticas públicas e projetos para fomentar o desenvolvimento rural sustentável; exemplo disto são os projetos de agricultura alternativos ao modelo hegemônico, políticas de preços e crédito rural para pequenos agricultores (Delgado, 2010; Freitas et al., 2012). Até a década de 1990 não havia políticas públicas para o financiamento dos agricultores familiares, mas através da luta e dos debates através das organizações sociais, foi possível conquistar importantes políticas de crédito além do apoio financeiro de entidades não governamentais aos sistemas agroecológicos (Aquino et al., 2015).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar anunciou em 2024 os novos benefícios para o fortalecimento da agroecologia e produtos orgânicos; uma das medidas está relacionada ao Plano Safra da agricultura familiar, este reduzirá as taxas de juros entre 2024 e 2025 totalizando uma redução de 76 bilhões, além disso, haverá investimentos em três programas EcoForte, Pronaf ABC+ Floresta e Terra à Mesa (Brasil, 2024). As linhas de créditos rurais são denominadas de “crédito verde”, que são destinadas aos sistemas de produção agroecológicos, orgânicos e outros. Para a concessão desses créditos depende do bom desenvolvimento desde a elaboração das normas, como a definição dos subsídios e efetivação dos contratos. Todos esses processos vão envolver os produtores, as organizações de classe, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e os bancos e/ou cooperativas de créditos. Estes deveriam garantir um funcionamento devido aos programas de crédito verde, porém, na prática, isto não ocorre. Isso é devido a diversos problemas como;

- Problemas na elaboração dos projetos, que não atendem todos os requisitos para obtenção dos recursos;
- Falta de conformidade ambiental, houve financiamentos concedidos a propriedades que não atenderam às normas ambientais, além de concessão dos recursos a propriedades envolvidas com desmatamento e griladas;
- Burocracia e complexidade, por ser um processo burocrático e complexo acaba desestimulando os produtores;
- Fiscalização insuficiente, mesmo com a implementação do Birô-verde que tem como função o monitoramento e fiscalização da conformidade ambiental, ainda, sim, existem muitas lacunas (Greenpeace Brasil, 2024; Aquino, Gazolla, 2017).

A política de esverdeamento do crédito rural é, na verdade, uma forma de atenuar os impactos sofridos pela agropecuária de base, sendo necessário que o estado coloque em prática as suas políticas de desenvolvimento rural sustentável (Aquino, Gazolla, 2017). Mesmo com o predomínio da economia, política e ideologia da agropecuária tradicional, a atuação de alguns gestores mais sensíveis à agroecologia, somados à atuação de movimentos agroecológicos, possibilitou a elaboração e execução de programas e políticas públicas. (Favero et al., 2013)

Quadro 2. Principais iniciativas relacionados ao agroecológico e produção orgânica nas políticas públicas (1985-2021)

Período	Iniciativas
1989 - 1992	A política municipal de abastecimento alimentar na Prefeitura de Porto Alegre–RS reunia ações de fortalecimento das feiras livres, incluindo-se a Feira da Coolmeia. Essa foi uma das primeiras e maiores feiras agroecológicas do Brasil. Promoveu-se também a manutenção de um centro de referência em agroecologia.
1992	Sistema Integrado de Produção Agroecológica (Fazendinha Agroecológica km 47); trata-se de parceria entre a Embrapa Agrobiologia, a Pesagro e a UFRRJ no município de Seropédica–RJ, no qual pesquisadores, estudantes, técnicos e produtores interagem para a construção do conhecimento (capacitação de produtores e técnicos, bem como elaboração de dissertações e teses).
1990	Projeto Piloto – PDA.
1994	Criação de comissão no Mapa para tratar da regulamentação da agricultura orgânica. Programa de Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável desenvolvido na região Sul, por entidades governamentais e não governamentais de ensino, pesquisa e extensão.

	Foi formado pelas seguintes entidades: Embrapa, UFRGS, Emater/RS, Fepagro/RS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Rede TA-Sul e o Programa de Cooperação em Agroecologia.
1995	Realização, em Porto Alegre–RS, da Conferência Tecnológica e Desenvolvimento Rural Sustentável. Essa conferência representou um marco na mudança de orientação e incorporação do debate agroecológico nas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural na região Sul.
1997 - 2000	Projeto Lumiar: proposta do Inca emergencial, para descentralizar os serviços de prestação de assistência técnica aos assentados da reforma agrária.
1998	Rede Agroecologia Rio – Projeto com recursos da Finep e da Faperj (1998 e 1999), para o desenvolvimento da agricultura orgânica, em parceria com a Embrapa, a Emater-Rio, a Pesagro-Rio, a UFRRJ, a Abio, a AS-PTA e a Agrinatura.
1992 - 2002	A Emater/RS definiu os princípios agroecológicos como política pública prioritária para a agricultura familiar.
1999	Publicação da IN no 007/1999 do Mapa, fruto da discussão entre a sociedade civil e o Poder Executivo. Essa IN dispõe sobre as normas e os procedimentos para a produção, a tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e a certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal no Brasil.
2000	GT, coordenado pela Embrapa Agrobiologia, para identificar demandas de pesquisa sobre agricultura orgânica no Brasil.
2002	Definição dos procedimentos para o credenciamento das certificadoras definidos pela IN no 006/2002 do Mapa
2003	Foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos PAA, que visa apoiar a agricultura familiar, incluindo a produção orgânica e agroecológica, por meio da compra direta de alimentos para programas sociais.
2012	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), cujo objetivo é integrar e articular políticas, programas e ações que promovam a transição agroecológica e a produção orgânica.
2013	O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) é um conjunto de ações e metas para promover a agroecologia e a produção orgânica no Brasil.
2009	O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) inclui a compra de alimentos da agricultura familiar, com prioridade para produtos orgânicos e agroecológicos, para a merenda escolar.
2018	Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA) visa reduzir o uso de agrotóxicos e promover práticas agrícolas sustentáveis
2021	Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA) incentiva práticas agrícolas sustentáveis, incluindo a agroecologia, por meio de pagamentos a agricultores que adotam práticas que conservam o meio ambiente

Fonte: SAMBUICHI et al., 2017; dados de pesquisas e elaboração da autora

Diante do exposto anteriormente, algumas entidades têm se colocado na disputa trazendo diferentes perspectivas para as mudanças e estratégias desejadas, com o intuito de desenvolvimento nesses segmentos da agropecuária, fomentando informações sobre os sistemas agroecológicos orgânicos e outros, além de incentivar o consumo de alimentos e produtos advindos desses sistemas (Aquino, 2017; Sambuichi, 2017).

1. Movimento Slow Food - Promove a alimentação de qualidade sustentável e justa, incentivando o consumo de alimentos sazonais que valorizam os produtos agroecológicos e orgânicos (Food slow, 2023).
2. Articulação nacional da agroecologia (ANA) - Mobilizar forças sociais direcionadas à transformação das realidades agrária, agrícola e alimentar no Brasil, sob a ótica da agroecologia (Petersen, Almeida, 2021).
3. Programa Nacional de Alimentação Escolar do Brasil (PNAE) - seu objetivo é o fornecimento de alimentos saudáveis provenientes da agricultura orgânica e agroecológicas e outros sistemas para alunos de escolas públicas (Amaral et al., 2023).
4. Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) - é um sistema de comercialização de alimentos saudáveis de abrangência internacional (Melo et al., 2020).
5. Trocas Verdes - É um grupo de consumo coletivo que está localizado em Campinas-SP e compra direto dos produtores orgânicos e agroecológicos (Midori et al., 2009).

Esses e outros movimentos e iniciativas são fundamentais para a construção de um sistema alimentar mais justo, saudável e sustentável.

## 2.6. Feiras agroecológicas e sua importância

Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (DLP) define-se como “feira” o local onde se comercializam produtos hortenses, frutas, cereais e pescados, etc. Ao ter uma relação mais direta entre os produtores e consumidores, alguns autores denominam esses espaços como circuitos, outros como Cadeias Curtas de Abastecimento de Alimentos (Guzzatti et al., 2014; Dos Ferreira et al., 2022). Esses espaços são denominados pela autora Sarto (2016), como sendo um local onde se comercializam os produtos dos agricultores familiares, onde a produção deve estar livre de agrotóxicos, insumos químicos, podendo ser in natura e/ou beneficiados.

Independente da denominação utilizada, as feiras agroecológicas não são apenas um espaço comercial, são importantes locais para a promoção da segurança e soberania alimentar, valorizando os pequenos produtores e seus saberes assim como proporciona uma troca mútua entre produtores e consumidores, possibilitando a venda direta de produtos que estão associados às práticas de preservação do meio ambiente em sua produção (Gliessman, 2001; Santos, 2014; Clemente et al., 2020). Nesses espaços, as feiras não são apenas um lugar de comercialização, mas sim um palco de reprodução social, onde se atinge objetivos econômicos, sociais e humanistas, sendo assim um espaço alternativo aos supermercados (Schmidt, 2001; Godoy et al., 2007).

As feiras agroecológicas não se limitam apenas aos espaços rurais: chegam as grandes cidades, onde novas relações são estabelecidas, é um local que oferece uma grande gama de produtos; de origem vegetal, animal, processados por corporativas e/ou agricultores familiares, bebidas, artesanatos, cosméticos, fitoterápicos, e muitas dessas feiras ainda funcionam como ponto de distribuição de sementes crioulas, e se tornam ainda um espaço de educação, onde os saberes são apreciados e passados à frente (Dos Ferreira et al., 2022). Segundo Grisa et al. (2014), o funcionamento desses espaços são indicadores de que a sociedade tem capacidade e condições de pensar por si, na contramão da agricultura convencional, favorecendo, então, produtores da agropecuária familiar. Esses espaços são fundamentais para o desenvolvimento e valorização de práticas locais, dos saberes e valorização dos indivíduos envolvidos, sendo importantes ferramentas para gerar renda para as famílias produtoras, assim como promoção de alimentos saudáveis. Uma ferramenta importante para o bom desenvolvimento das feiras, é entender o perfil dos consumidores que frequentam esses ambientes, permitindo que os produtores possam ajustar suas ofertas em razão a demanda dos consumidores; tal entendimento também ajuda a melhorar a experiência do consumidor tornando o espaço mais atrativo; facilitando o planejamento logístico, direcionando melhor os recursos; todos esses fatores e outro contribuem para sustentabilidade econômica das feiras tornadas mais competitivas (Gazolla et al., 2017; Silva, 2023).

A pesquisa justifica-se pela necessidade de melhor entender sobre os benefícios e desafios da comercialização local, através do olhar dos consumidores que frequentam esses espaços e dos produtores que atuam no nas feiras agroecológicas de Pernambuco na cidade do Recife-PE, caracterizando também o perfil socioeconômico dos indivíduos ali presentes.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de melhor entender sobre os benefícios e desafios da comercialização local, através do olhar dos consumidores que frequentam esses espaços e dos produtores que atuam no nas feiras agroecológicas de Pernambuco na cidade do Recife, caracterizando também o perfil socioeconômico dos indivíduos ali presentes.

### 3. OBJETIVOS

- Identificar os desafios para os produtores e a percepção dos consumidores em relação aos produtos orgânicos e às feiras de alimentos, identificando fatores que influenciam sua decisão de compra e seu comportamento de consumo.

### 4. MATERIAIS E MÉTODOS

#### 4.1. Local de coleta de dados

A pesquisa foi realizada em oito feiras agroecológicas da cidade do Recife, em Pernambuco (Quadro 3, Figura 3).

**Quadro 3.** Feiras visitadas, suas localidades e datas das visitas, em Recife–PE

Feiras	Localidades	Datas
Casa Forte	Praça de Casa Forte, Recife–PE, 52061-420.	20/04/2024 e 06/06/2024
UFRPE	Rua Dom Manoel de Medeiros, S/N, Recife–PE, 52171-900.	23/04/2024
Prefeitura do Recife	Av. Cais do Apolo, 925, Recife–PE, 50030-903.	03/05/2024
Espinheiro Colégio Salesiano	Rua da Angustura/Conselheiro Portela (ao lado da Igreja Matriz do espinheiro)	03/05/2024
Casa cultura	Rua Dom Bosco, 551, Recife–PE, 50070-070.	16/05/2024
Armazém do Campo	Rua Floriano Peixoto, S/N, Recife–PE, 50020-060.	17/05/2024
Várzea	Rua do Imperador Dom Pedro II, 387, Santo Antônio, Recife–PE, 50010-2301.	25/05/2024
	Avenida Afonso Olindense, S/N - Várzea, Recife–PE, 50810-0001.	27/05/2024

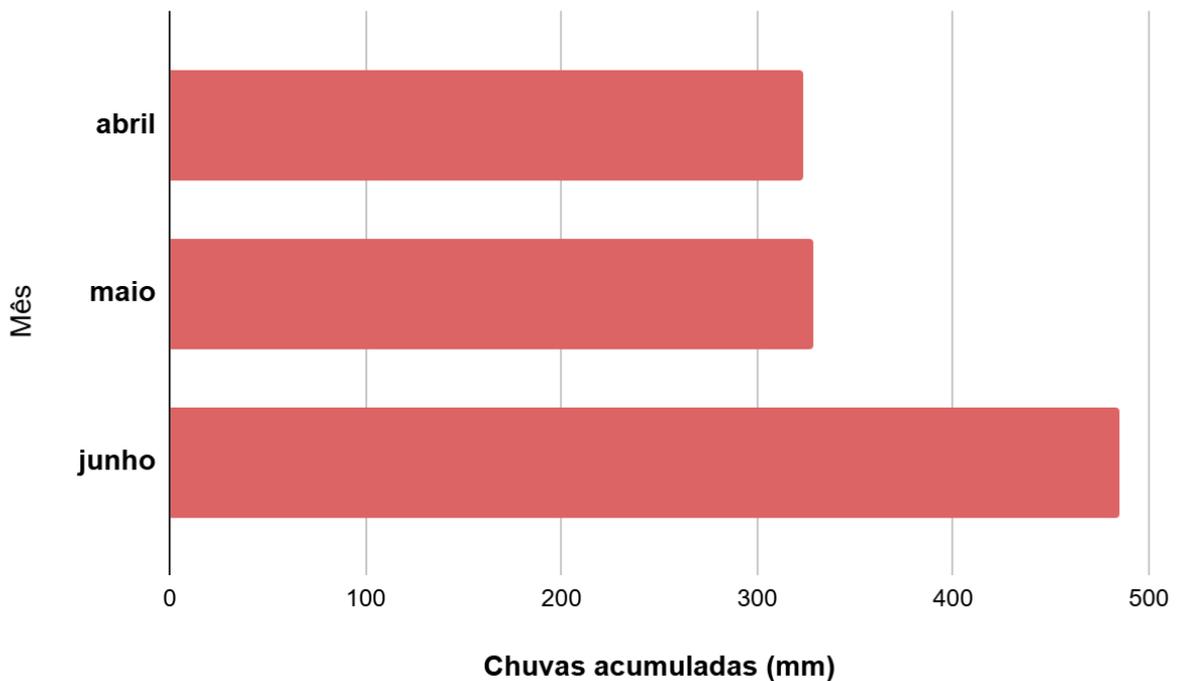
Fonte - Autora (2024)

Recife é a capital do estado de Pernambuco, localizada nas coordenadas geográficas: latitude 8° 04' 03" s e longitude 34° 55' 00" w. A cidade do Recife–PE está situada na área central do Nordeste do Brasil, na parte central da região metropolitana. Os seus limites são: ao

norte, com os municípios de Olinda e Paulista; ao sul, Jaboatão dos Guararapes; a leste, com o oceano Atlântico; e a oeste, com São Lourenço da Mata e Camaragibe; possuindo uma área total de 217,01 km<sup>2</sup>, e em seu território 94 bairros (Prefeitura do Recife, 2024).

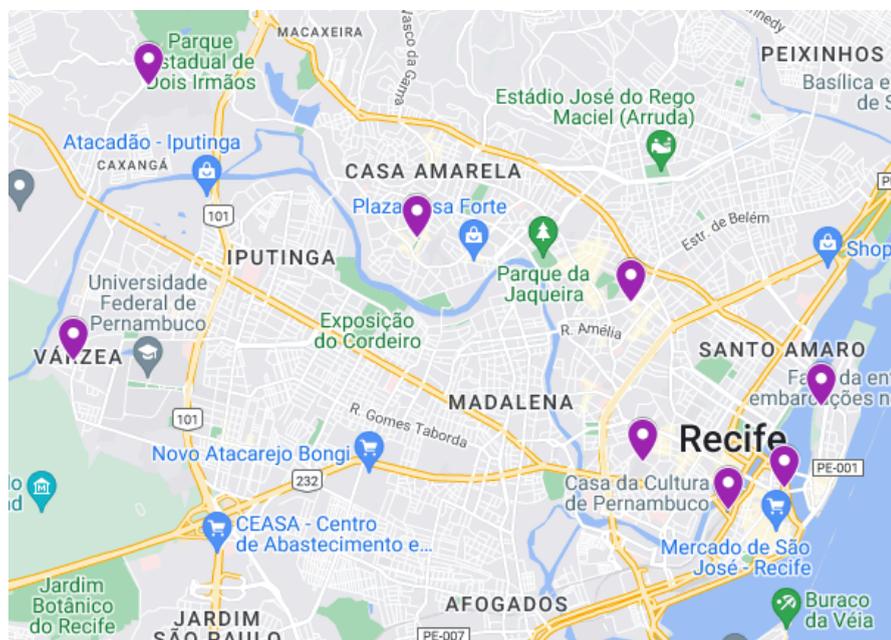
O clima da região onde se deu o estudo é classificado, segundo Koppen-Geiger, como (Am) clima tropical úmido. As visitas foram realizadas no período chuvoso do ano na cidade do Recife-PE, isso possibilitou uma melhor percepção dos desafios enfrentados por eles, para assim, manter esses polos de economia sustentável funcionando principalmente nesses períodos mais críticos para vendas em espaços abertos (Figura 2).

**Figura 2.** Precipitação acumulada no Recife nos meses da coleta de dados, abril, maio e junho/2024



Fonte: Agência Pernambucana de águas e climas de Pernambuco

**Figura 3.** Mapa das feiras agroecológicas da cidade do Recife-PE visitadas durante o experimento.



Fonte: Autora (2024)

Os dados obtidos no estudo durante as visitas foram obtidos através da aplicação de dois questionários estruturados, um questionário para os produtores rurais e outro questionário para os consumidores. Ao todo foram entrevistados 27 produtores rurais e desses coletaram-se informações do perfil social (sexo, idade, quantidade de pessoas da família) e perfil econômico (local da produção, envolvimento com as associações, cooperativas ou movimentos organizados, atuação do produtor como atravessador, o escoamento da produção até a feira, geração de mão de obra na feira e produção; se possuem selos ou registros agroecológicos, produtos vendidos nas feiras, processo para ingressar na feira, criação animal presente nas propriedades; capacidade de gerir seu negócio e por fim, proporção da receita familiar advinda da comercialização nas feiras).

Quanto aos consumidores foram entrevistados um total de 32 consumidores, a entrevista abordou o perfil social (sexo, idade, quantidade de pessoas da família) e perfil comportamental (frequência com que vai à feira onde ocorreu a coleta de dados, se frequenta outras feiras agroecológicas, motivos que os leva a adquirir os produtos da feira agroecológicas, se exige o selo orgânico ou OCS, o que costuma comprar nesses locais, o que não compra e nem compraria na feira, média do valor gasto na feira a cada visita) (Figura 4).

**Figura 4.** Visita às feiras agroecológicas da cidade do Recife–PE



Fonte: Autora (2024)

#### **4.2. Formação e organização e tratamento do banco de dados**

Trata-se de um estudo de caráter quantitativo descritivo, que envolve os produtores e consumidores. Os dados obtidos foram avaliados utilizando o Microsoft Excel, onde os dados numéricos foram avaliados como média, mediana e desvio padrão. As categóricas foram distribuídas conforme as frequências absolutas e relativas (percentuais).

Para assim traçar um perfil dos produtores e consumidores dessas feiras em busca de compreender a dinâmica envolvida desde os desafios na produção, deslocamento, relações de trabalho, consumo e parcerias entre outros aspectos.

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

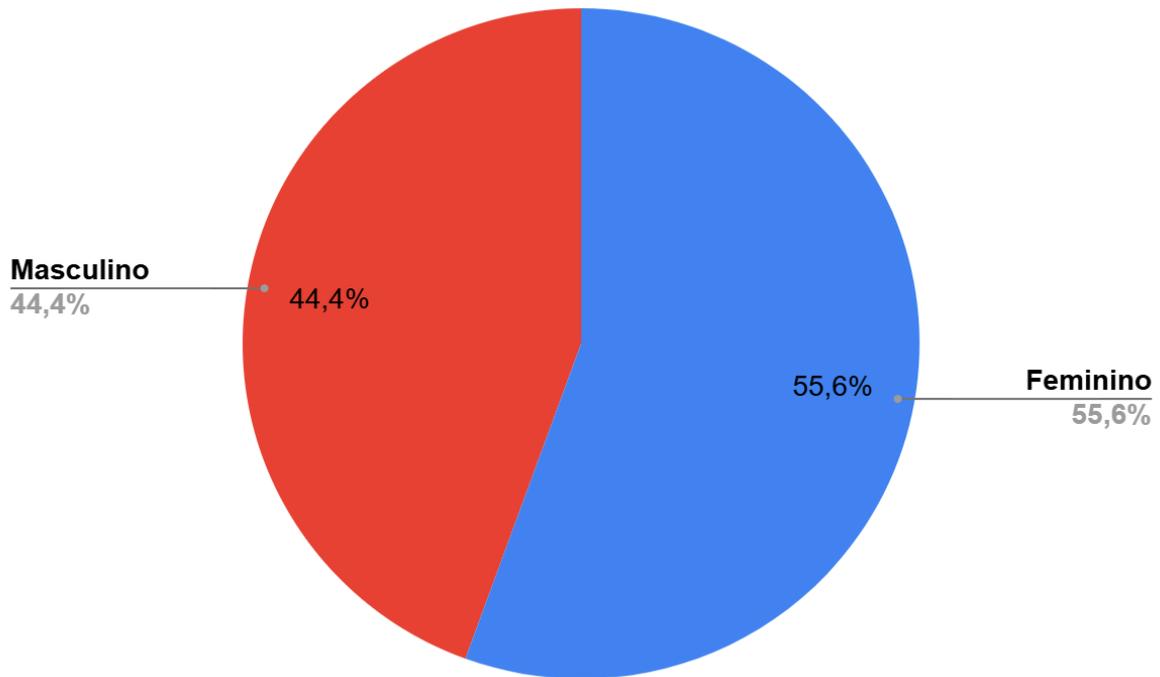
### **5.1. Perfil socioeconômico dos produtores das feiras agroecológicas da cidade do Recife-PE**

As feiras agroecológicas da cidade do Recife-PE acontecem em diferentes bairros e dias da semana. Algumas feitas no período pós-pandemia deixaram de existir por falta de incentivos, ou juntaram-se a outras feiras próximas. Algumas feiras registradas na prefeitura da cidade do Recife são compostas apenas por uma única banca, não sendo suficiente para caracterizar-se como feira, tornando-se apenas um ponto comercial.

Quanto ao perfil socioeconômico, os produtores entrevistados apresentaram uma idade média de 40,3 anos, conforme. (Campos et al., 2017) encontraram uma média de 44 anos nas feiras de Juiz de Fora. (De Queiroz Costa et al., 2020) apontaram média de 60 anos para os produtores das feiras agroecológicas do município de Eustáquio Gomes em Maceió-AL. Neto (2023) em sua pesquisa nas feiras de Cuiabá-MG encontrou uma média de idade entre 51 - 60 anos, indicando características bem regionais.

Na nossa pesquisa verificou-se presença equilibrada entre homens e mulheres, como pode ser visto na Figura 5, o que não condiz com a maioria dos estudos. Predomina nas feiras e produção agropecuária a presença masculina (Silva et al., 2014; Campos et al., 2017). De Queiroz Costa et al., (2020) encontraram resultados semelhantes com o da presente pesquisa, tendo registrado maioria de mulheres (60%) na feira de Maceió-AL. Em geral, a atuação das mulheres na produção agropecuária familiar é considerada ainda como “ajuda”.

**Figura 5.** Representatividade dos gêneros Feminino e masculino nas feiras agroecológicas na cidade do Recife–PE.



Nesse modelo, o trabalho feminino tem grande importância na manutenção dos sistemas, contribuindo com a renda familiar (Bojanic, 2017). O resultado encontrado mostra que está havendo uma mudança nestes papéis pré-determinados.

A organização das trabalhadoras estimula suas lideranças a pensar sobre as desigualdades de gênero, e, a partir desse olhar, as trabalhadoras começam a discutir sobre a invisibilidade do seu trabalho na agricultura familiar camponesa. As trabalhadoras rurais percebem que as atividades produtivas desenvolvidas no grupo familiar têm um significado econômico; não são simplesmente uma ajuda (Sales, 2007, p. 437-443).

Com relação à quantidade de dependentes financeiros, os produtores entrevistados têm uma média de 3,3 dependentes. Melo (2022), realizou estudo sobre os agricultores vinculados à associação dos feirantes de Santa Cruz do Sul–RS, verificando que 12 dos 27 entrevistados têm entre 1 e 2 dependentes financeiros e o restante nenhum.

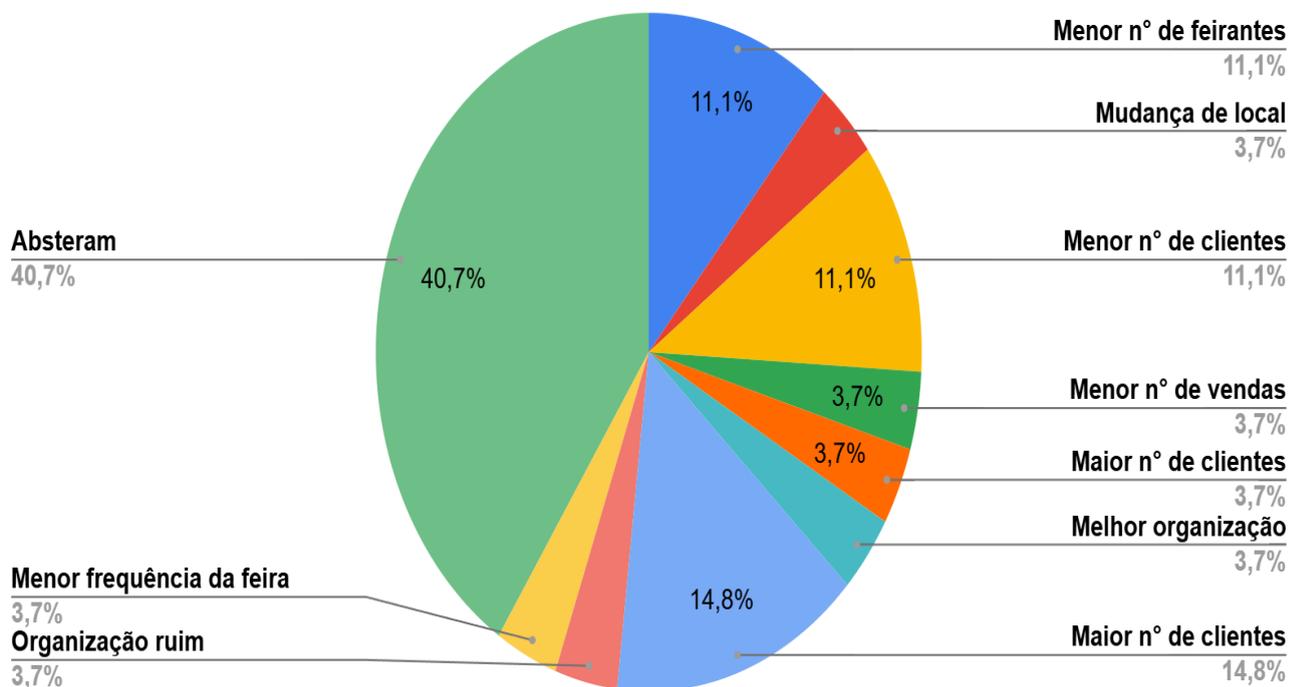
Conhecer a quantidade de dependentes financeiros é importante, pois esta dependência gera impacto na gestão do negócio e na segurança financeira da família. Souza Filho et al. (2004) destacam a influência da quantidade de dependentes financeiros e como isso afeta de forma direta essas famílias e suas produções.

Quanto ao local de produção, cerca de 29,63% dos entrevistados têm sua produção em locais diferentes do seu local de domicílio; os locais de produção mais comuns entre os

entrevistados foi no município de Glória do Goitá (18,5%) seguido pelo município de Vitória de Santo Antão (11,1%). Isso influencia diretamente na gestão de tempo, logística e transporte, segurança e custos envolvidos; esta diferença entre o local de produção e moradia pode estar também relacionada a pontos positivos, como busca por terras mais férteis, posição estratégica para o escoamento da produção, mas acesso a tecnologias, entre outros.

Com relação ao tempo em que os produtores participam das feiras, observou-se que a média de tempo de participação dos produtores nas feiras é de 6,1 anos. A participação contínua e prolongada tem grande impacto na estabilidade econômica das famílias, gerando fluxo de vendas e fidelização dos clientes. Durante os últimos anos, mudanças foram observadas pelos produtores, principalmente no pós-pandemia da COVID-19, onde houve uma série de crises econômicas que afetaram significativamente os produtores (Neto, 2023) (Figura 6).

**Figura 6.** Principais mudanças observadas pelos produtores nas feiras agroecológicas na cidade do Recife–PE, no pós-Pandemia.



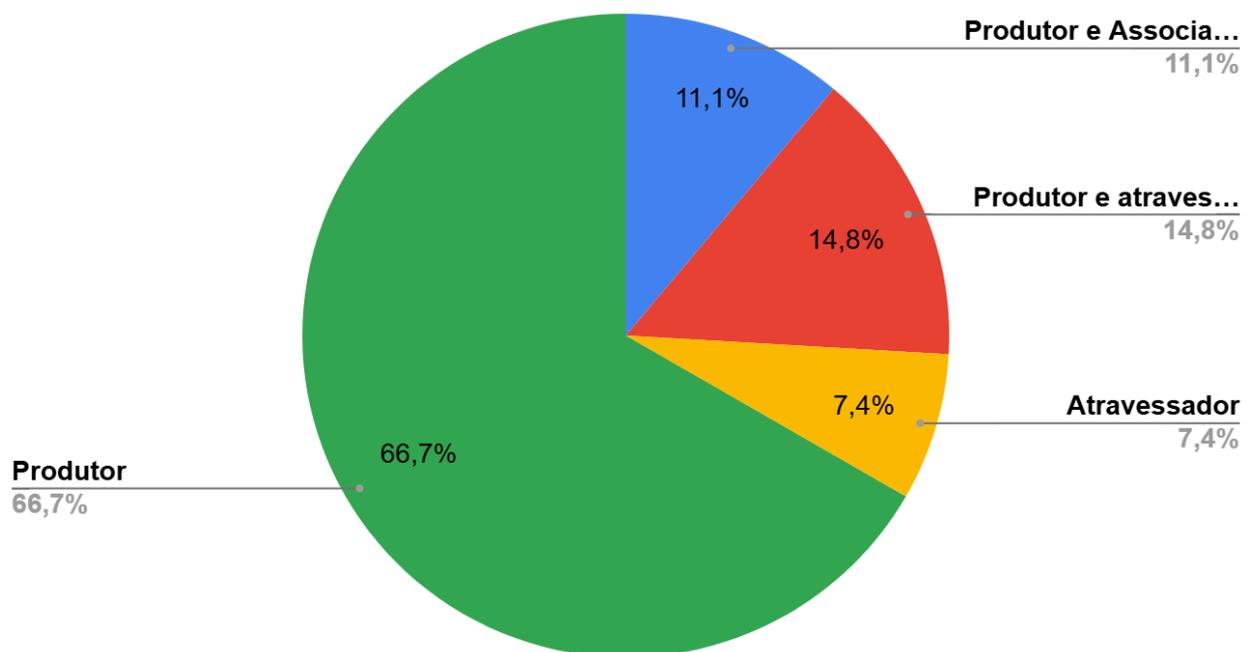
Fonte: Autora (2024)

Com relação à participação nas feiras, a maioria dos produtores (53,8%) relatou acontecer através das associações, cooperativas ou movimentos organizados; 19,2% através da ajuda de amigos e familiares; 15,4% por licitações e 11,5% por convite da organização das

feiras. A maioria dos produtores entrevistados faz parte de alguma associação, cooperativa ou movimentos organizados, os quais relataram forte apoio recebido dessas organizações. Barbosa et al. (2022) relatam que as organizações sociais ampliam os canais de comercialização e aumentam a credibilidade do consumidor.

Na Figura 7, encontra-se a classificação dada aos vendedores/produtores, conforme eles se autodenominavam e o percentual deles nas feiras.

**Figura 7.** Classificação dos produtores segundo a origem dos produtos comercializados nas feiras agroecológicas da cidade do Recife–PE



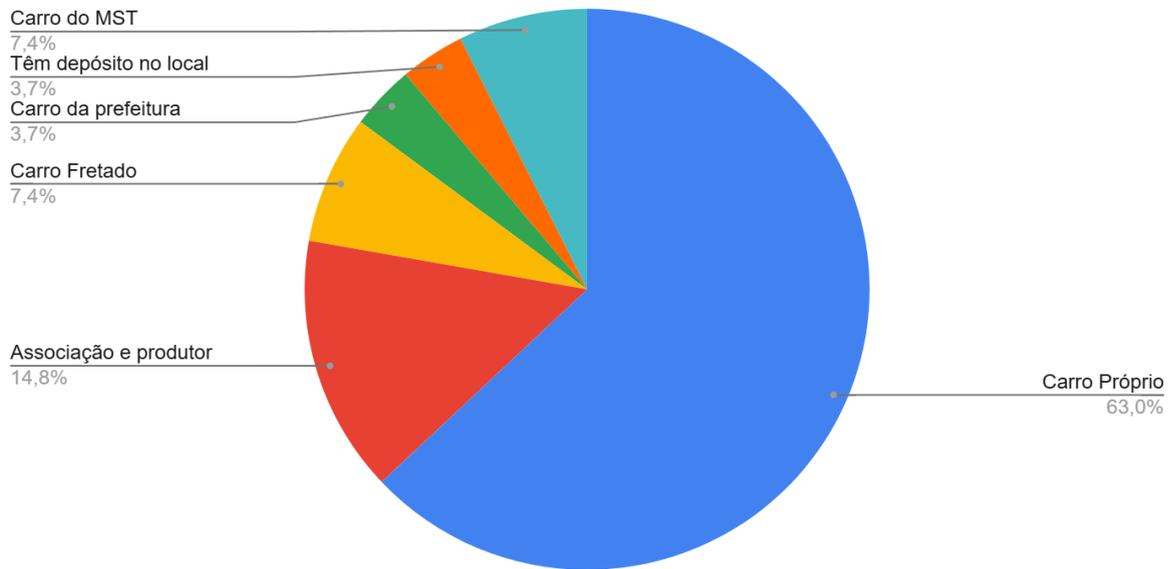
Fonte: Autora (2024)

É comum ao redor das feiras agroecológicas formar-se outros comércios, em função do fluxo de pessoas que circulam por lá, porém, observou-se no estudo a presença de atravessadores atuando dentro de algumas feiras agroecológicas. Este deveria ser um local livre de atravessadores, onde o agricultor faz e o agricultor vende (Pantoja et al., 2022).

Na Figura 8, encontram-se as formas de escoamento da produção até as feiras, sendo a maioria feita em carro próprio. Mesmo com distâncias pequenas, o custo com os transportes são elevados para o pequeno produtor, sendo muito importante políticas públicas e iniciativas que apoiem a logística de escoamento. Além disso, alguns produtores narram que o período

chuvoso do ano traz grandes dificuldades, pois enfrentam estradas de terra que por conta das chuvas viram grandes lamaçais.

**Figura 8.** Escoamento dos produtos do seu local de origem até as feiras agroecológicas da cidade do Recife–PE



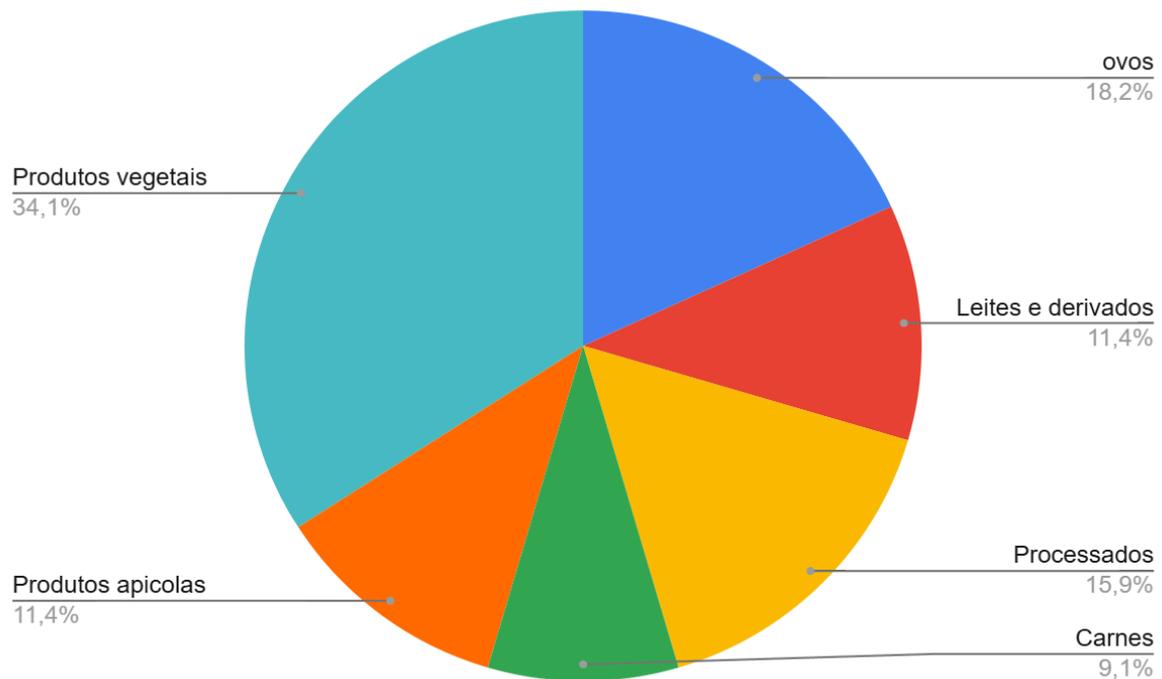
Fonte: Autora (2024)

Segundo os entrevistados, 7,61% dos empregos informais são gerados nas feiras, enquanto no campo, este número é de 24% de empregos informais e mais 4% de empregos com registro em carteira de trabalho. As feiras têm proporcionado a geração de emprego e renda (Barbosa, 2022) de forma direta à contratação de trabalhadores no polo de produção, assim como indiretamente, desde empresas de transportes, pessoas contratadas informalmente para ajudar com o atendimento aos clientes e montagem das bancas. Em relação às certificações dos produtos, verificou-se que 66,7% dos entrevistados possuem além da OCS algum outro selo (orgânico ou através das associações e cooperativas); cerca de 7,4% possui selo de produto orgânico apenas em alguns produtos; 25,9% não possui nenhum tipo de certificação de produção orgânica ou agroecológica. A certificação é a forma de garantir que os produtos vendidos como orgânicos ou agroecológicos atendam aos padrões estabelecidos e exigidos em lei, onde estes produtos devem estar livres de defensivos agrícolas (Dias et al., 2016).

Alguns produtores entrevistados nas feiras agroecológicas, possuem criação animal além da produção vegetal. Do total dos entrevistados, 48,2% possui alguma criação animal e 51,8% tem apenas produção vegetal. Quanto a proporção com relação aos produtores

entrevistados e tipos de produtos vendidos por eles nas feiras do Recife (ovos, leite e derivados, produtos processados, carnes, produtos apícolas e produtos vegetais) percebe-se maior proporção de produtos de origem vegetal sendo vendido quando comparados aos outros, conforme Figura 9.

**Figura 9.** Proporção dos produtos de origem vegetal, animal e produtos processados vendidos nas feiras agroecológicas da cidade do Recife–PE.

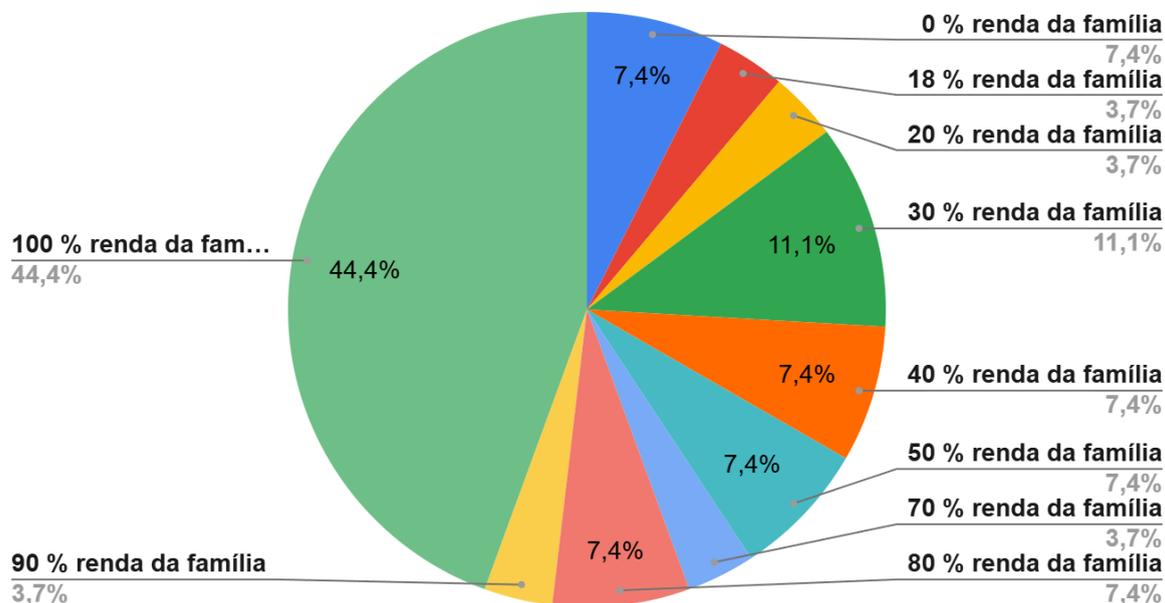


Fonte: Autora (2024)

Quanto aos produtos de origem animal vendidos nas feiras agroecológicas visitadas da cidade do Recife, ficou evidente que muitas das produções não são necessariamente de sistema orgânico ou agroecológico, o que se deve ao tipo de alimento fornecido a esses animais. Alguns produtores informaram que fornecem rações industriais, não atendendo assim as leis dos orgânicos e agroecológicos.

As vendas nas feiras para 44,4% dos entrevistados representam 100% da renda familiar; portanto, é necessário controle de custo e precificação eficientes, mas a realidade encontrada é outra: 25,93% dos entrevistados têm pouco ou nenhum controle dos custos envolvidos em sua produção e a maioria dos entrevistados seguem as tabelas de precificação regidas pelas associações, conforme Figura 10.

**Figura 10.** Contribuição em percentual das vendas nas feiras agroecológicas na cidade do Recife–PE, na renda familiar dos produtores entrevistados.



Fonte: Autora (2024)

A grande maioria dos produtores destacaram a importância das vendas na feira para a complementação da renda familiar. O mesmo foi percebido por Barbosa (2022) em sua pesquisa sobre as feiras urbanas no município do Rio de Janeiro.

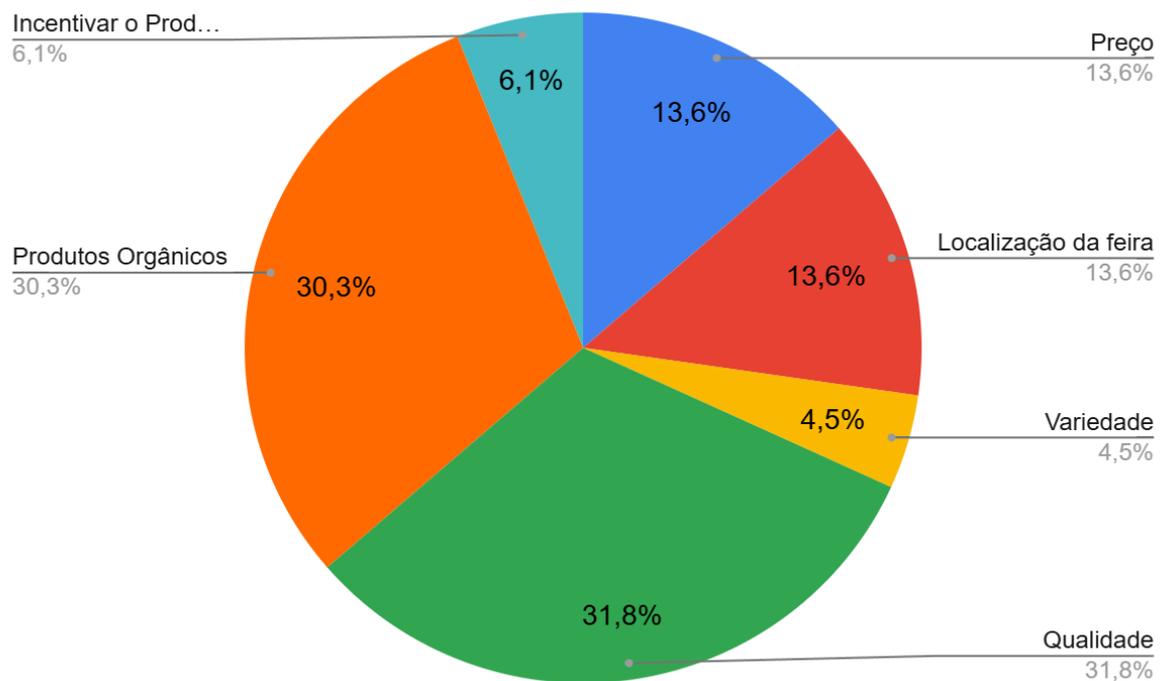
## 5.2. Perfil socioeconômico dos consumidores das feiras agroecológicas da cidade do Recife–PE

Dos 32 consumidores entrevistados, 53,1% são do sexo feminino e 46,9% são do sexo masculino. O mesmo foi observado por Venâncio et al. (2017), onde nas feiras agroecológicas da cidade de São Paulo–SP, a média de idade dos consumidores é de 51,78 anos e estes possuem em média 2,75 dependentes financeiros. Pinho (2018) observou que a maioria dos consumidores em feiras de Maceió–AL por ele estudadas apresenta entre 30 e 59 anos. Já Venâncio et al. (2017), em São Paulo, verificaram que a maioria dos consumidores das feiras agroecológicas têm entre 30 e 40.

Do total de entrevistados, 78,9% frequentam as feiras agroecológicas da cidade do Recife–PE pelo menos quatro vezes ao mês (uma vez por semana); 15,6% uma vez por mês e 12,5% frequentam duas vezes por mês. Destes, 43,8% frequentam mais de uma feira agroecológica. Os visitantes apontaram um ou mais motivos para frequentar as feiras

agroecológicas do Recife-PE onde o fator principal é a qualidade do produto 31,8%, conforme Figura 11. A pesquisa de Castro et al. (2020), que buscou entender o perfil dos consumidores de produtos agroecológicos, apontou que os clientes dessas feiras buscam alimentos livres de agrotóxicos e valorizam a interação direta com o produtor.

**Figura 11** - Motivos que levam os consumidores às feiras agroecológicas da cidade do Recife-PE

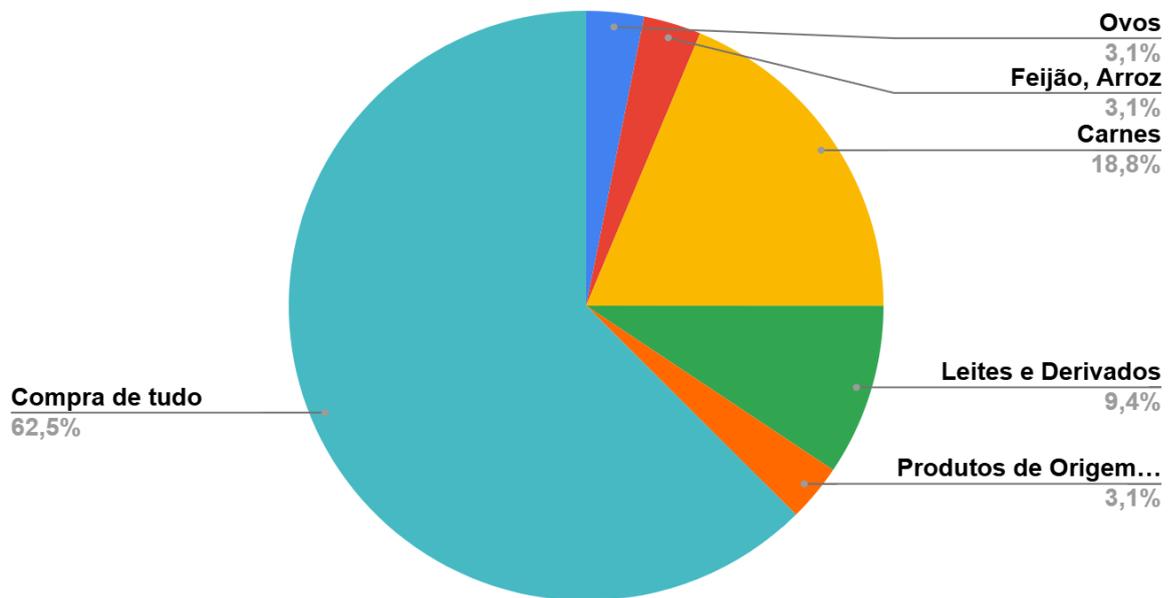


Fonte: Autora (2024)

Dos consumidores, apenas 56,3% exigem a certificação de produtos orgânicos ou agroecológicos e 44,7% não exigem a certificação. Alguns consumidores têm conhecimentos sobre as práticas agroecológicas e tentam observar se o produto atende ou não essas práticas com base em observações e conversas, onde a confiança no produtor acaba substituindo esse certificado formal. Mesmo assim, a certificação oferece garantia de qualidade, confiança aplicada e acesso a novos mercados, entre outros (Souza et al., 2022).

Os consumidores entrevistados gastam uma média de R\$ 157,41 por semana nas feiras agroecológicas, e estes apontaram os produtos que não compram nas feiras agroecológicas, conforme Figura 12.

**Figura 12.** Produtos que os consumidores entrevistados não compram nas feiras agroecológicas da cidade do Recife–PE



Fonte: Autora (2024)

Embora o valor médio gasto nas feiras varie, o resultado foi similar ao encontrado no trabalho de Souza et al. (2022) que foi entre R\$ 50,00 e 150,00. Entre os produtos que os consumidores não compram, teve a carne como a mais apontada, devido principalmente à forma de conservação desses produtos nas feiras, pois nem todos os produtores têm como manter esses produtos refrigerados.

## 6. CONCLUSÃO

Em relação às feiras de produção orgânicas e agroecológicas em Recife-PE, evidencia-se que elas desempenham um papel crucial na economia local, fornecendo não apenas alimentos, mas também gerando renda significativa para diversas famílias. A maioria dos produtores possuem algum tipo de certificação, o que pode aumentar a credibilidade e a confiança do consumidor.

A análise do perfil dos produtores revela uma média de idade mais jovem em comparação ao que foi encontrado por outros pesquisadores. Há também um equilíbrio na participação de gênero, sugerindo uma possível mudança dos papéis tradicionais de gênero na agricultura. No entanto, o desafio dos intermediários ainda persiste e tem impacto na dinâmica de vendas diretas entre produtores e consumidores.

As feiras também apresentam um desafio logístico, principalmente para produtores que precisam transportar seus produtos de locais distantes, enfrentando altos custos e dificuldades. Esses fatores acentuam a necessidade de políticas públicas que facilitem a logística e promovam melhores condições para esses produtores.

Economicamente, a participação em feiras traz significativos benefícios aos produtores, sendo uma importante fonte de receita familiar. Contudo, a falta de controle de custos e a dependência das tabelas de precificação fornecidas por associações indicam uma área onde melhorias podem ser feitas para aumentar eficiência e lucratividade.

Os consumidores das feiras agroecológicas do Recife destacam a qualidade dos produtos como seu principal atrativo, expressando forte preferência por produtos orgânicos. No entanto, nem todos exigem certificação para esses produtos, sugerindo confiança direta dos produtores. Essa confiança geralmente é construída por meio da interação pessoal - um aspecto valioso que pode ser formalizado por meio de certificações para garantir maior segurança e criar novos mercados.

Por fim, as feiras agroecológicas promovem uma interação benéfica entre produtores e consumidores. Além de representarem uma importante fonte de renda para as famílias produtoras, contribuem para uma alimentação mais saudável e sustentável dos consumidores urbanos em Recife-PE. Contudo, também existe a necessidade de incentivos governamentais, com relação a infra estrutura, logística, capacitação e educação, marketing e etc.

## REFERÊNCIAS

1. AGÊNCIA PERNAMBUCANA DE ÁGUAS E CLIMA (APAC). **Boletins**. Disponível em: <https://www.apac.pe.gov.br/boletins>. Acesso em: 13 set. 2024
2. ANA, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2023**. Brasília: ANA, 2023.
3. ALCANTARA, Isabela Romanha de; BACHA, Carlos José Caetano. A modernização desigual da agropecuária brasileira de 2006 a 2017. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 27, p. e232705, 2023.
4. ALMEIDA, Alessandro Oliveira et al. Agroecologia como forma de resistência ao modelo hegemônico de produção agrícola. **Revista Geoaraguaia**, v. 10, n. 2, p. 144-195, 2020.
5. AMARAL, Aluydio Bessa; DE CARVALHO GUIMARÃES, Jairo. O panorama atual das conexões entre alimentação escolar, PNAE e agricultura familiar. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v. 16, n. 10, p. 24459-24485, 2023.
6. AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **O financiamento público da produção agroecológica e orgânica no Brasil: inovação institucional, obstáculos e desafios**. 2017.
7. ARAÚJO, Tarcisio Patricio; LIMA, Roberto Alves; MACAMBIRA, Júnior. Feiras agroecológicas: institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar. **Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do trabalho: núcleo de economia solidária da Universidade Federal de Pernambuco**, v. 280, 2015.
8. AQUINO, Adriana María de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & sociedade**, v. 10, p. 137-150, 2007.
9. BARBOSA, Juliana Silva et al. A Importância das Feiras para o Fortalecimento da Agricultura Urbana no Município do Rio de Janeiro. **Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 11, n. 2, p. 200-213, 2022.

10. BOJANIC, Alan. A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro. *Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)*, 2017.
11. BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. *Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2003.
12. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Orgânicos contribuem para inovação da produção agropecuária nacional*, 2021.
13. BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Verde e sustentável: novos benefícios para fortalecimento da agroecologia e produção de orgânicos*. 2024.
14. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). *Exportações do agronegócio brasileiro batem recorde no primeiro trimestre de 2024 e atingem US\$ 37,44 bilhões*.
15. CAIXETA, Júlio César et al. *Produção agroecológica: estudo da produção de hortaliças orgânicas no município de Silvânia-GO*, Uberlândia. 2019.
16. CAMPOS, Isabel Cristina Soares et al. Perfil e percepções dos feirantes em relação ao trabalho e segurança alimentar e nutricional nas feiras livres. *HU Revista*, v. 43, n. 3, p. 247-254, 2017.
17. CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, Jaime Antonio. **Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
18. CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**; 1962.
19. CASTRO, Myrianlene Moura et al. Perfil e percepção dos consumidores de produtos agroecológicos em feira livre. *Cadernos de Agroecologia*, v. 15, n. 2, 2020.
20. CLEMENTE, Ana Paula Grotti et al. Feiras agroecológicas e orgânicas em Maceió: soberania alimentar e protagonismo feminino camponês. *Cadernos de Agroecologia*, v. 15, n. 3, 2020.

21. DELGADO, Nelson Giordano et al. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. ***Brasil rural em debate: coletânea de artigos***, p. 28-78, 2010.
22. DE MIRANDA, Rubens Augusto. ***Breve história da agropecuária brasileira***. 2020.
23. DE QUEIROZ COSTA, Jakes Halan et al. Perfil socioeconômico e produtivo dos feirantes da feira agroecológica do Eustáquio Gomes, Maceió-AL. ***Cadernos de Agroecologia***, v. 15, n. 2, 2020.
24. DIAS, Valéria da Veiga et al. A importância da certificação nos circuitos curtos de alimentos orgânicos. ***Espacios***. Caracas, Venezuela. Vol. 37, n. 3 (2016), p. 13, 2016.
25. DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. ***Dicionário da Língua Portuguesa***. Rio de Janeiro: ABL, 2024.
26. DIEDRICH, Gisele Elise et al. Agroecologia e Bem Viver como modo de vida e como modelo sustentável de produção agrícola e de consumo de alimentos. ***COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional***, v. 18, n. 3, jul/set, p. 230-255, 2021.
27. DOS FERREIRA, Marcelo; COELHO, Fabio Cunha; DA SILVA, Rita de Kássia Guarnier. ***Feiras como ferramenta de desenvolvimento da agroecologia pela agricultura familiar em Campos dos Goytacazes/RJ-Brasil***. 2022.
28. EHRLICH, Paul R.; EHRLICH, Anne H. Can a collapse of global civilization be avoided?. ***Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences***, v. 280, n. 1754, p. 20122845, 2013.
29. FÁVERO, Claudenir; PACHECO, Maria Emília Lisboa. Seguindo em frente na construção social da Agroecologia. ***Agroecologia: princípios e reflexões conceituais. João Costa Gomes, William Santos de Assis (Editores Técnicos). Brasília Informação Tecnológica: Embrapa***, 2013.
30. FAO. The State of Food and Agriculture 2014: ***Innovation in family farming***. Rome: FAO, 2014

31. FAO. *O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2024*: Financiamento para acabar com a fome, a insegurança alimentar e todas as formas de desnutrição. Roma: FAO, 2024.
32. FINATTO, Roberto A. *Redes de agroecologia e produção orgânica na região sul do Brasil: das intencionalidades à materialidade socioespacial*. 2015.
33. FREITAS, Alan Ferreira de et al. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. *Revista de administração pública*, v. 46, p. 1575-1597, 2012.
34. FOOD, Slow Brasil. *“Movimento Slow Food.”* Slow Food Brasil, 2023.
35. GAZOLLA, M., & SCHNEIDER, S. (2017). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: Negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
36. GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*, Porto Alegre. 2001.
37. GODOY, Wilson Itamar; DOS ANJOS, Flávio Sacco. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. *Cadernos de Agroecologia [Volumes 1 (2006) a 12 (2017)]*, v. 2, n. 1, 2007.
38. GONÇALVES, Sérgio et al. A agroecologia e a reestruturação do desenvolvimento rural la agroecología y la reestructuración del desarrollo rural. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 4, n. 8, p. 29-51, 2009.
39. GREENPEACE BRASIL. *Investigação aponta agro destruidor e financiado pelo crédito rural na Amazônia*, 2024.
40. GRISA, Catia et al. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de economia e sociologia rural*, v. 52, p. 125-146, 2014.
41. GUZZATTI, Thaise Costa et al. Novas relações entre agricultores familiares e consumidores: perspectivas recentes no Brasil e na França. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 16, n. 3, 2014.

42. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contas econômicas ambientais da água: Brasil 2013-2015* – Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
43. INCAPER. *Agroecologia e Agricultura Orgânica*, 2024.
44. INSTITUTO BRASIL ORGÂNICO. *Nossa história*, 2024.
45. IRIGARAY, Micheli C.; MARTINS, Evilhane J. Sociobiodiversidade e biodemocracia: uma reaproximação do homem com a natureza. *Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo*, v. 2, n. 1, p. 170 - 189, 2016.
46. KAMIYAMA, A.; et al. *Agricultura Sustentável*. São Paulo: Editora XYZ, 2011.
47. DE LIMA, Arlindo Jesus Prestes; DO CARMO, Maristela Simões. Agricultura sustentável e a conversão agroecológica. *Desenvolvimento em questão*, v. 4, n. 7, p. 47-72, 2006.
48. LIMA, Gércia Cunha de; CAMPOS, Kilmer Coelho; ALVES, Antonia Gislayne Moreira. Índice de modernização agrícola na região Nordeste. *Interações (Campo Grande)*, v. 23, p. 347-362, 2022.
49. LUTZENBERGER, José A. *Manifesto Ecológico Brasileiro: Fim do Futuro?*. Porto Alegre: Movimento, 1976
50. MELO, Angelina Moreira; DE FREITAS, Alair Ferreira; CALBINO, Daniel. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): panorama das pesquisas brasileiras. *COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 2, p. 82-99, 2020.
51. MELLO, Lavinia Lopes de. *Informações gerenciais e tomada de decisão: um estudo dos agricultores vinculados à Associação dos Feirantes de Santa Cruz do Sul-RS*. 2022.
52. MIDORI, Camila et al. Compras coletivas e a construção de novas relações entre consumidores e produtores: a experiência do grupo Trocas Verdes, Campinas-SP. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, n. 2, 2009.
53. NETO, Armindo de Arruda Campos et al. FEIRANTES NA PANDEMIA: FORMAS DE RESISTÊNCIA E PERCEPÇÃO DA CRISE ECONÔMICA. *Revista Contemporânea*, v. 3, n. 6, p. 4987-4995, 2023.

54. ONU, **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**. Conferência sobre o Meio Ambiente Humano. Estocolmo, 1972.
55. PANTOJA, Tainá Carvalho; DE SOUSA, Fagner Freires. A reinvenção da Feira Agroecológica e de Economia Solidária de Cametá/PA em meio à pandemia de Covid-19. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 3, 2022.
56. PETERSEN, Paulo; ALMEIDA, S. G. Articulação Nacional de Agroecologia. **Dicionário de Agroecologia e Educação**, p. 131, 2021.
57. PINHO, Lucimar Santos; OLIVEIRA, Maria Alice Araújo; MENEZES, RC E. Perfil dos consumidores de duas feiras orgânicas de Maceió (AL). **Revista Eletrônica Extensão Em Debate**, v. 2, n. 1, p. 63-78, 2018.
58. PLANAPO, **Articulação Nacional de Agroecologia**. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). [s. l.], 2016.
59. PREFEITURA DO RECIFE. **Caracterização do Território**, 2024.
60. PRIMAVESI, Ana Maria. **Manejo Ecológico do Solo: A Agricultura em Regiões Tropicais**. São Paulo: Nobel, 1980.
61. SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. *A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: Ipea, 2017.
62. SANTOS, Christiane Fernandes et al. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. *Ambiente & Sociedade*, v. 17, p. 33-52, 2014.
63. SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, p. 437-443, 2007.
64. SARTO, Júlia Maria Defavari. *Feiras Agroecológicas, suas características e benefícios*. CoDAF - Competências Digitais para Agricultura Familiar, 17 jun. 2016.
65. SCHMIDT, Wilson. Agricultura orgânica: entre a ética e o mercado. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 2, n. 1, p. 62-71, 2001.
66. SEEG, *Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa*, 2018.

67. SILVA, Gustavo P. et al. Perfil e percepções dos feirantes em relação a feira livre dos municípios de São Pedro do Sul (RS) e Santo Augusto (RS). **Revista Monografias Ambientais**, v. 13, n. 2, p. 3203-3212, 2014.
68. SILVA, João et al. Princípios e práticas agroecológicas: um estudo sobre a Feira de Produtos Orgânicos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Câmpus Pato Branco. **Revista de Agroecologia**, v. 10, n. 2, p. 123-145, 2023.
69. SILVA, JG da; KAGEYAMA, A. Emprego e relações de trabalho na agricultura brasileira: uma análise dos dados censitários de 1960, 1970, e 1975. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 13, n. 1, p. 235-266, 1983.
70. SIVIERO, Amauri; ABREU, Lucimar Santiago de. Desenvolvimento da agricultura orgânica no Acre. **Resumos do VI CBA e II CLAA**, v. 4, n. 2, p. 2122-2126, 2009.
71. SOUZA FILHO, Hildo M.; BUAINAIN, Antônio M.; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: **XLII Congresso Da Sociedade Brasileira De Economia E Sociologia Rural**. 2004.
72. SOUZA, João Henrique de; UEMATSU, Melissa Harumi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Feiras agroecológicas como estratégia na manutenção da renda no campo e alimentação saudável na cidade em tempos de pandemia. **Revista GeoSertões**, v. 7, n. 14, 2022.
73. SUZIGAN, Luís Henrique. **Ecoeficiência agropecuária nos municípios brasileiros**. Brasília. 2020.
74. TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Três Lagoas**, v. 2, n. 2, p. 21-42, 2005.
75. VENANCIO, Leticia; DA SILVA, Vanessa Gomes; ROSSI, Maria de Sousa Carvalho. Perfil dos consumidores de alimentos orgânicos das feiras agroecológicas do estado de São Paulo. **Nutrivisa-Revista de Nutrição e Vigilância em Saúde**, v. 4, n. 2, p. 27-37, 2017.

76. VERMEIR, Iris; VERBEKE, Wim. Sustainable food consumption: Exploring the consumer “attitude–behavioral intention” gap. **Journal of Agricultural and Environmental ethics**, v. 19, p. 169-194, 2006.
77. VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; SILVEIRA, José Maria Ferreira Jardim da. Mudança tecnológica na agricultura: uma revisão crítica da literatura e o papel das economias de aprendizado. **Revista de economia e Sociologia Rural**, v. 50, p. 721-742, 2012.
78. VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro et al. **Agricultura e indústria no Brasil: inovação e competitividade**. 2017.
79. VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **O Agronegócio brasileiro: a contribuição do Ipea nos debates**. 2023.
80. WEZEL, Alexander et al. Agroecological practices for sustainable agriculture. A review. **Agronomy for sustainable development**, v. 34, n. 1, p. 1-20, 2014.
81. XAVIER, Gabriela Taíse Poiati. A Lei Brasileira de Orgânicos Nº 10. 831/2003 E A Urgência Das Redes Agroecológicas De Produção: Uma Análise Sobre O Sul De Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 4, 2020.
82. ZANETTI, Cândida. Introdução: Constituição do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânicas Território Rural Vale do Taquari, RS, Brasil. In.: BIONDO, E.; ZANETTI, C.(Orgs.) Articulando a Agroecologia em Rede. **São Leopoldo: Oikos**, p. 19-33, 2021.